

# *Carbono Zero e competitividade industrial*

30/6/2023

**EDILSON BALDEZ DAS NEVES**

---

Para perplexidade do setor industrial, o país perde posição e ocupa o 60º lugar no ranking de competitividade, segundo o Anuário Mundial de Competitividade publicado pela IMD Competitiveness Center, instituição respeitável que analisa a realidade dinâmica da competitividade industrial de 64 países.

Pior ainda é que o Brasil ficou à frente apenas da África do Sul, Mongólia, Argentina e Venezuela, países com economias destroçadas, apesar de o país africano ostentar o maior PIB da África. Vale destacar que chegamos a essa ínfima colocação principalmente pelo baixo investimento do governo em Pesquisa e Desenvolvimento, de apenas 1,27% do nosso PIB.

Avançar em tecnologia e inovação é o caminho certo para encontrar alternativas mais favoráveis aos novos ciclos de oportunidades que gerem acesso à prosperidade e benefícios para toda a sociedade.

O mercado de Carbono Zero é uma inovação que precisa ser regulado para ajudar o país a crescer e melhorar a competitividade industrial, assim como é urgente acelerar a reforma tributária em andamento – mas sem sair do lugar – no Congresso Nacional, dando foco às micro, pequenas e médias empresas, alicerces da geração de emprego e renda, e não apenas às grandes corporações.

Se ela for direcionada a um modelo ideal beneficiará empresas, governo e população, aliviará o bolso do consumidor, facilitará a expansão dos negócios e onerará menos a União, os estados e os municípios.

A nossa carga tributária é elevada e tão confusa como fabricar botões. Cito o exemplo pela complexidade de cores, tamanhos e insumos, onde cada item tem codificação diferente. É tão caótica e embaraçada que ajuda a aumentar o Custo Brasil e a emperrar o desenvolvimento nacional.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) elaborou documento entregue ao governo federal, tratando do Mercado Regulado de Carbono e a Competitividade Industrial, em que a entidade apresenta proposta para regular a precificação de emissões de gases de efeito estufa.

O estudo divulgado pela entidade, em evento que teve a participação de representantes do governo e diplomatas de países da União Europeia, defende o modelo de mercado sob a ótica cap and trade (padrão de precificação adotado pelo bloco de países europeus). Nesse modelo, as indústrias que emitirem menos gases de efeito estufa poderão vender a quantidade economizada. Já aquelas que superarem a cota estipulada poderão fazer a compensação com a compra da diferença no mercado regulado. Assim, quem emite mais adquire os créditos de quem emite

menos. Uma proposta bastante favorável à indústria maranhense voltada à descarbonização zero.

Para intensificar ainda mais essa pauta, a FIEMA alinhada com as novas tendências ao fomento do desenvolvimento produtivo e tecnológico e visando enfrentar o complexo cenário mundial, promoverá dia 13 de julho, o seminário “Descarbonização na Indústria e o Mercado do Crédito Carbono”, reunindo na sede da instituição, especialistas de renome na área, como o gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Davi Bomtempo, além de representantes de empresas como Consórcio Alumar, Aço Verde Brasil, Emap (Porto do Itaqui), representantes do governo do estado (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos (SEDEPE) e Secretaria da Indústria e Comércio (SEINC) e entidades conceituadas como o CIMATEC/SENAI da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEBA). O encontro é coordenado pelo vice-Presidente-Executivo da FIEMA, Luiz Fernando Renner.

O tema, de grande relevância estratégica, será amplamente discutido, devido a sua importância para o Maranhão e o Brasil. E também pela perspectiva do que as indústrias precisam conhecer para sua adaptação ao modelo de baixo carbono, melhorando a eficiência da matriz energética e reduzindo a emissão de poluentes.

Na pauta do simpósio destacam-se o panorama do Mercado de Crédito de Carbono, examinando a legislação e o processo de certificação das indústrias, como também estratégias e ações para adaptação da base industrial ao novo modelo energético, vulnerável as alterações climáticas e a redução de emissão de gás carbono.

Com essa iniciativa a FIEMA prepara a indústria do Maranhão para os novos tempos que se apresentam, buscando tornar o segmento industrial mais competitivo e expandir as janelas de oportunidades para a entrada de nossos produtos e, principalmente, os da agroindústria e do setor metalúrgico no mercado europeu.

---

*Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA*  
*Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI*